

Abrir a economia, sem destruir

SÉRGIO LUIZ BERGAMINI

Defensora intransigente desde há muito da abertura da economia brasileira, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) sente-se



muito à vontade para recomendar cautela neste momento em que o governo parte, no contexto de sua política antiinflacionária, para uma nova redução nas alíquotas de importação. O modelo de proteção ao produto nacional foi fundamental para que o Brasil, país prejudicado pela industrialização tardia, conseguisse consolidar seu parque industrial.

Mas, sem dúvida, este modelo encontra-se hoje esgotado. E a Fiesp, entidade de conceitos e atitudes modernas, não tem dúvida em admitir isso com todas as letras. Mas, ao mesmo tempo, vê-se na obrigação de fazer uma advertência, na condição de responsável pela preservação do patrimônio industrial da Nação, toda vez que sente de alguma forma ameaçada essa imensa riqueza construída pelos brasileiros.

A ameaça nesse momento é representada pela forma como o governo vem executando de uns tempos para cá a política de abertura da economia, tão necessária quanto arriscada, sem um estudo mais cuidadoso de todas as suas implicações.

A aceleração do ritmo de abertura da economia torna outra vez presente o fantasma da mudança nas regras do jogo. Um velho hábito que se prometeu deixar no passado, mas ameaça voltar no presente para, se deixarmos, comprometer o futuro. Os seus efeitos

sobre o ânimo de quem produz são terríveis, pela enorme carga de insegurança que traz.

A mesma franqueza que nos faz estimular o esforço modernizador do empresariado autoriza, por outro lado, cobrar do governo igual empenho. Se a indústria brasileira não é tão competitiva como gostaríamos, cabe lembrar que isso acontece também por motivos inteiramente alheios à vontade do empresariado. Assim, se por um lado é verdade que alguns empresários se acomodaram à falta de maior competição, por outro lado salta aos olhos que não ajuda em nada o intercâmbio do Brasil com o resto do mundo o fato de o País possuir portos que estão entre os mais caros e ineficientes do planeta.

Não bastasse a inflação ainda alta e a falta de economia de escala, esta última limitada pelas pequenas dimensões do mercado interno, o industrial brasileiro tem de enfrentar ainda um sistema tributário que desestimula o investimento produtivo. A carga tributária é excessiva e também passa às vezes do limite o poder de certas es-

tatais de impor seus preços, cobrando caro por insumos essenciais a toda a cadeia produtiva. Tudo isso agravado pela ausência até agora de um verdadeiro ajuste fiscal, capaz de liberar as forças não só do Estado reestruturado em suas funções e fontes de custeio, mas também do setor privado. Sem esse ajuste dificilmente conseguiremos sair do lugar.

Ainda assim temos avançado na direção dessa abertura, também desejada pela grande maioria dos empresários, cada vez mais conscientes dos desafios e do que é preciso fazer para superá-los. Nesse contexto, a Fiesp assume seu papel de liderança com a convicção de que tal caminhada é necessária e atende aos interesses do País.

Insistir no fechamento representaria um alto custo no nível de eficiência econômica. Um modelo fechado não só desestimula a busca de maior produtividade e restringe as opções de consumo, como reduz o ingresso de novos capitais e tecnologias, limitando com isso a criação de empregos. Menos trabalhadores empregados, por sua vez, significa um mercado

interno muito abaixo das potencialidades, o que, pela falta de economia de escala, acaba produzindo preços mais altos na outra ponta. Fechando o círculo, a menor renda, efeito do número limitado de negócios, reflete-se na reduzida capacidade da população de poupar, até o ponto de comprometer as possibilidades de financiamento da produção.

A abertura da economia é o reverso disso tudo. Reconhecer e festejar suas vantagens, contudo, não retira dos ombros de nossos governantes a obrigação de conduzi-la sem que seja desnecessariamente destruído aquilo que custou tanto construir. O diálogo é o caminho para afastar os riscos.

Sabemos que nem todos os setores industriais conseguirão igualmente atingir os padrões internacionais de eficiência, mas não vemos razão para sacrificar também aqueles que reúnem quase todas as condições para competir em igualdade de condições.

■ Sérgio Luiz Bergamini é diretor do Departamento de Economia da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp).

